Ata da 20ª Sessão Plenária

**DATA:** 14/12/2012 **HORÁRIO DE INÍCIO:**14h15

**LOCAL:** Sede do CAU/RS **HORÁRIO DE FIM:** 18h17

**Participantes**

|  |
| --- |
| **Diretoria** |
| Presidente | Roberto Py Gomes da Silveira |
| Vice-Presidente | Alberto Fedosow Cabral |
| **Conselheiros Federais** |
| Gislaine Saibro |
| **Conselheiros** |
| **Titulares** | **Suplentes** |
| Alvino Jara |  |
| Carlos Alberto Sant’Ana |  |
| Carlos Eduardo Mesquita Pedone |  |
| Clarissa Monteiro Berny |  |
| Cláudio Fischer |  |
| Cristina Duarte Azevedo | Cláudia R. Casaccia  |
| Fausto Henrique Steffen |  |
| Fernando Oltramari | Nelson Moraes da Silva Rosa |
| Luiz Antônio Machado Veríssimo |  |
| Marcelo Petrucci Maia |  |
| Maria Bernadete Sinhorelli de Oliveira |  |
| Nirce Saffer Medvedovski |  |
| Núbia Margot Menezes Jardim |  |
| Paulo Iroquez Bertussi |  |
| Paulo Ricardo Bregatto |  |
| Rosana Oppitz |  |
|  |  |
| **Assessoria Técnica e Administrativa:** |  |
| Eduardo Bimbi  | Diretor-Geral CAU/RS |
| Chefe Unidade Adm. e Financeira | Carla Ribeiro de Carvalho |
| Ângela Rimolo | Analista CAU/RS |
| Ana Carvalho | Secretária Executiva |
| Josiane Bernardi | Secretária Executiva |
| Márcia Dorneles | Secretária Executiva |
| **Demais assistentes:** LucasSilva da Silva |
|  |

Em 14 de dezembro de 2012, o Plenário do Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul reuniu-se na sede do próprio Conselho. Estavam presentes os conselheiros e colaboradores relacionados anteriormente, alcançando quórum para início às 14h15. Esta ata foi redigida por Josiane Bernardi e Márcia Dorneles.

A pauta proposta para a Sessão Plenária, previamente enviada aos conselheiros, é a que segue:

 1. Apreciação da Ata da 19ª Reunião Plenária do CAU/RS

 2. Comunicados da Presidência e Vice-Presidência

 3. Relatos das Comissões e Grupos de Trabalho

3.1- Comissão de Finanças

3.2- Comissão de Ensino e Formação

3.3 - Comissão de Atos Administrativos

3.4 - Comissão de Exercício Profissional

3.5 - Comissão de Ética

3.6 - Grupo de Trabalho de Regimento Interno

 4. Assuntos Gerais

**1. Apreciação da Ata da 19ª Reunião Plenária do CAU/RS**

A ata não foi apreciada nesta reunião plenária.

**2. Comunicados da Presidência e Vice-Presidência**

O Presidente Roberto Py iniciou a reunião plenária expondo que no dia 15 de dezembro de 2011 ocorreu a primeira reunião plenária do CAU/BR, e que na primeira deliberação instituiu-se o Dia do arquiteto, devido ao aniversário do Arq. e Urb. Oscar Niemeyer. Fez referência também, a uma publicidade divulgada na revista Veja sobre o Dia do Arquiteto, informando ainda que no sábado, dia 15/12, será divulgado anúncio publicitário no jornal Zero Hora com homenagem do CAU/RS aos arquitetos e urbanistas.

O presidente discorreu a respeito das autuações do CREA/RS sobre o pagamento de anuidades, ressaltando que o CAU/RS vem esclarecendo tal situação através de informativos, porém pensa em algum tipo de ação para interromper o que vem ocorrendo. Entende que alguns efetuam o pagamento por comodismo, porém isso já esta passando dos limites. Relatou também, sobre processo que trata da inconstitucionalidade da transferência dos valores e documentos, informando que tal assunto foi levado ao Supremo que despachou, cassando a Liminar que havia sido concedida e informou que poderá levar algum tempo, mas a finalidade esta praticamente decidida. Relatou que na audiência que ocorreu dia 04 de dezembro com a assessoria direta do presidente do CREA, não houve êxito na tentativa de conciliação. Comentou também que a juíza concedeu ao CREA prazo até o dia 17/01/13 para dar razões.

Sobre a coleta de dados biométricos, informou que o RS possuía uma cota para recadastramento, e que a meta será atingida. Com relação à nova numeração do registro profissional, entende que os profissionais antigos irão questionar. Após realizou a leitura dos novos números de registro aos conselheiros.

Os conselheiros questionaram a Conselheira Gislaine sobre a lógica da numeração, a mesma explicou que inicialmente foram estabelecidos três grupos, por isso os dígitos de número diferentes e a letra também, mas como há profissionais que não se recadastraram, há uma folga de numeração. Informou ainda que irá verificar esta informação, para esclarecer de maneira mais qualificada.

O Presidente informou que irá à Brasília na próxima terça-feira e que um dos pontos de pauta é o Fundo de Apoio aos Cau’s estaduais que possuem baixa arrecadação, devido ao número de profissionais registrados. Comentou que houveram divergências no entendimento sobre o que seria um CAU com dificuldades financeiras. Informou que referente a este assunto a Comissão de Finanças do CAU/BR realizou um estudo simulando uma situação em que o CAU pudesse trabalhar num regime de seis horas e que tivesse um corpo funcional mínimo, sugestão proposta em uma primeira Plenária Ordinária na metade do ano, gerando uma discussão muito grande.

O Presidente iniciou apresentação demonstrando os números da simulação. Ao término da apresentação perguntou aos conselheiros se ficou bem claro esta questão. Conselheira Núbia questionou a arrecadação do CAU/BR e pensa que para retirar fundo dos CAU’s seria necessário justificar a razão e necessidade disso, pois eles não arrecadam nada somente gastam. Ressalta ainda que o CAU/RS vem respeitando a Lei e valores já o CAU/BR não esta preocupado com isso, entende que para discutir os parâmetros de arrecadação deveria haver equidade, pois há uma arrecadação grande no estado, e isso deve estar dentro da legalidade.

Conselheiro Sant’ana relata que primeiramente é uma questão legal, fala que o CAU/BR é um sistema com incumbência federal com uma arrecadação única, ou seja, existe autorização para que nos aceitemos esse desvio para um fundo.

Conselheiro Bertussi, sugere que os CAU’s que não tenham suas receitas suficientes para se sustentarem, poderiam fazer uma proposição com sugestões a fim de melhorar a sua estrutura.

Conselheiro Alvino Jara entende que a discussão deveria ser pautada se isso esta previsto em Lei ou não, tem como opinião que não cabe ao CAU/RS financiar os CAU’s do nordeste.

O presidente convida o advogado Dr. Filipe para apresentar o Parecer jurídico. Informa que o artigo nº 60 é claro no seu teor, e que dentre as receitas do CAU/BR não contempla valores para o fundo, que não há valor a mais a ser pago pelos estados além dos 20% que já é pago, entende que juridicamente não é possível, o que não significa que a arrecadação do CAU/BR poderá ser maior para instituir o fundo de apoio. O Presidente comenta que esse assunto entrará em pauta, e que será um tempo reduzido para o contato com os CAU’s estaduais, acrescentando que felizmente o nosso sistema é informatizado, não sendo necessário um aparato de funcionários.

Conselheira Núbia salienta que o presidente sendo o gestor responde pelas contas e repasses e pensa que é uma temeridade o repasse além dos 20% que a Lei prevê.

Conselheiro Sant’ana sugere como uma alternativa para o caixa do CAUBR, que alguém seja designado responsável por controlar o excesso de gasto eventual pelas administrações regionais.

Conselheiro Fischer entende que é impossível mensurar esse grau de subjetividade.

A Conselheira Federal Gislaine, entende que tem que ser estabelecido parâmetros mínimos, mas quem resolve o que vai fazer é o Estado. Pensa que a Lei não da abertura para cobrar nada além dos 20%, lembra que esta claro pelo Parecer que não podemos tomar uma atitude que não esta amparada pela Lei, fala que não é o Presidente que vota e sim o Conselheiro Federal. Lembra que o CAU/BR tem uma estrutura mínima e assume responsabilidades do país inteiro. A outra questão, é se o CAU/BR tem uma arrecadação de R$ 20 milhões e só tem uma despesa de R$ 5 ele tem R$ 15 sobrando, entende que essa sobra poderia ser o fundo para ser redistribuído posteriormente, fala que devemos buscar a contabilidade do CAUBR que esse recurso já existe não havendo necessidade de contribuir com mais um valor, pois isso resolveria a situação.

Presidente informa que em Maceió os presidentes votaram contrários a essa arrecadação, pensa que se é um problema de necessidade financeira se veja uma maneira de resolver, pensa que isso é uma alternativa que pode ser feita. A pergunta para o plenário é se pode levar esta questão, e se em qualquer razão o CAURS não ira contribuir, pensa que pode haver uma plenária para tratar sobre isso com votação do Conselho.

**Planejamento Estratégico**

A consultora Denise inicia apresentação, informando que desenvolveu um projeto de assessoria para o CAU/RS, que iniciará com a parte teórica sobre modelo de sistemas/reengenharia, após o sistema da Qualidade com foco em metas e produtividade, Gestão Estratégica e aí vem a figura do planejamento desempenhando um papel importante na Gestão, indicadores e eficiência.

Fala que devido ao dinamismo do CAU/RS, há necessidade de um planejamento para atender essa cultura. Lembra que esse PE será de 2013 até 2015 e que será reavaliado a cada 06 meses, porém há questões emergenciais e pontuais que devem ser resolvidas. Informa que haverá uma atividade no mês de Janeiro a fim de definir Missão, Visão e Valores do CAURS. Em relação ao Cronograma de atividades, informa que as atividades iniciaram no mês de Novembro e em março haverá a conclusão com a entrega do plano completo.

O Presidente fala que está prevista uma oficina da Sra. Denise com os conselheiros, pensa que todos podem ser convocados inclusive os suplentes, e sugere duas datas semana antes ou depois da plenária.

A comissão questiona se é o dia todo, a Denise fala que seriam em torno de duas horas

Em relação às reuniões, o Presidente sugere que haja um espaçamento e prazo das reuniões das Comissões entre elas e a Plenária, pois não esta tendo prazo suficiente para que os assuntos sejam resolvidos.

A Comissão acordou que o evento ocorrerá no dia 11/01/13 com horário a ser definido.

Sobre a questão da representação do CAU/RS, o Presidente destaca que no funcionamento do CAU/BR quem vota é o Conselheiro Federal, que o voto é aberto e as pessoas votam na maneira que quiserem. Entende também, que ele fez parte da chapa majoritária do atual conselho, mas esse relacionamento é salutar, sugere que como muitos estarão lá podem conversar com ele.

Já a Conselheira Núbia defende a idéia de que o Conselheiro Federal precisa expor a opinião de todos e não somente a opinião pessoal, devendo votar e representar o CAU/RS.

O Presidente Roberto Py, solicita que o Diretor Geral Eduardo Bimbi escreva uma Nota sobre a questão do Fundo de Apoio a ser apreciada ainda nesta Plenária, para que o CAU/BR possa analisá-la.

**Comissão de Planejamento e Finanças**

O Coordenador da Comissão Fausto Steffen apresentou as deliberações, informou que reuniu-se nos dias XX e XX, falou que os valores repassados em novembro pelo CAU/BR foram de XXX em dois depósitos nos dias XX e XX, fala que a questão do Banco do Brasil esta sendo resolvida. Informa que as deliberações foram dividas em bloco, conforme segue na pauta.

Conselheiro Fischer quer esclarecimentos aonde o conselheiro pode verificar o detalhamento deste tipo de aquisição, qual o tipo, a marca. O Coordenador Fausto Steffen, explica que atualmente só é possível realizar a consulta diretamente no processo físico. O Presidente acredita que pode ser apresentado na tela o quadro comparativo dos itens, a fim de dar maior transparência.

Ao final todas as deliberações foram votadas e aprovadas por unanimidade.

**Comissão de Ensino e Formação**

A coordenadora da Comissão Nirce, relata que a intenção da Comissão era entregar a ata para apreciação dos conselheiros, porém, a mesma, não foi enviada pelo Conselheiro Nino. Ela entende que a reunião do ENSEA foi produtiva e sobre a possibilidade de exame ao final da graduação, acredita que é mais importante qualificar na base do que uma seleção a priori. O Presidente solicita urgência para conclusão desta ata, pois a discussão encontra-se acelerada, lembrando que o CAU tem uma responsabilidade no acompanhamento do ensino, mas a responsabilidade é da Instituição e não do Conselho.

A Conselheira Gislaine ressalta que no relatório enviado das duas reuniões que participou, há uma espécie de descontentamento sobre o rumo da Comissão de Ensino, pois é necessário acelerar as questões de qualificação.

Conselheira Núbia entende que a Comissão de Ensino e a Comissão de Exercício Profissional andam juntas, acredita que a sugestão da conselheira Nirce é razoável, porém deveriam juntar as duas Comissões.

**Comissão de Exercício Profissional**

O coordenador da Comissão Carlos Pedone dá início falando sobre consulta jurídica em relação ao pagamento das anuidades e informa que haverá parecer ao CAU/BR sobre tal situação.

Sobre processo de protocolo, informa que foram realizados testes e simulações no SICCAU sobre a forma de tramitação das denúncias, e que já foi feita uma triagem prévia.

Sobre o processo eletrônico, a conselheira Rosana salienta que existem sistemas que estão sendo adotados pelas instâncias públicas e sugere adotar esse programa, informa também que foi realizado contato com o CAU/BR para talvez adotá-lo a nível nacional.

Em relação à seleção do agente fiscal, o Coordenador informa que até o dia 28/12 receberão currículos, e que até o momento receberam somente 38 currículos no modelo Lattes.

Com relação à política de representação, informa que já tivemos o caso dos municípios X, X X, aproveita para questionar quais são as pessoas que estão sendo indicadas, como serão indicadas, qual será o critério. Informa que no caso do município de São Marcos foi solicitada relação dos arquitetos atuantes, e a partir daí farão contato para ver quem tem interesse e disponibilidade.

Conselheira Nirce acredita que essa exigência do currículo em formato Lattes pode prejudicar o processo seletivo, excluindo profissionais capacitados, pois nem todos possuem inclinações acadêmicas. Conselheiro Alvino aproveita para lembrar que o Dorfmann já havia comentado isso na última reunião plenária e não obteve retorno.

O coordenador da Comissão, explica que esse profissional será um Gerente Fiscal, dada a complexidade, e que a exigência do currículo em formato Lattes servirá como um filtro, nivelando o processo de seleção. Acredita que se realizássemos a análise de todos os currículos recebidos seria um processo moroso e difícil.

Conselheiro Sant’Ana concordou com as observações da Conselheira Nirce, entende que o Lattes é voltado ao meio acadêmico, porém acredita que esse modelo facilitará a análise, pois já é um formato padrão. Pensa ser uma ferramenta fácil de utilizar e que traria uma padronização de informação.

O entendimento da Conselheira Núbia é de que o aluno de Pós Graduação não tem experiência e formação em fiscalização e acha errado o critério que esta sendo utilizado. Defende a idéia de que o Agente Fiscal não tem que definir nada, isso compete as Comissões.

Conselheira Gislaine percebe que há problemas de comunicação, pois no manual de fiscalização não consta nada sobre georreferenciamento, sendo assim não entende essa exigência no processo de seleção. Sugere que haja um cuidado especial, pois isso não se aplica nem a 20% ao que deve ser fiscalizado conforme manual do CAU/BR.

O Presidente informa que não há mais como alterar o Edital, e relata que o CAU/BR sempre comentou que o georreferenciamento serviria como base para as atividades. Destaca que o manual ainda não foi finalizado e que o CAU/BR comprou um mapeamento de todas as ruas do Brasil. A Conselheira Gislaine lembra que a questão do georreferenciamento sempre foi ponderado pelo CAU/BR, porém esse é somente um item no Manual de Fiscalização.

**Comissão de Ética**

Conselheira Núbia informa que houve somente uma reunião, que os processos já estão sendo digitalizados, porém não sente firmeza para prosseguir, pois não há nada, então estão aguardado orientações para dar prosseguimento.

O Presidente avisou que na primeira reunião Plenária no mês de Janeiro haverá uma readequação na composição das Comissões Permanentes.

**GT Regimento Interno**

Conselheira Claudia informou que fez um relatório de todas as reuniões realizadas, salientando que nas 04 primeiras ocorreu a análise do Regimento Geral do CAU/BR. Explicou que o trabalho inicio no mês de agosto adequando-o a realidade do CAU/RS, porém o grupo percebeu que seria necessário uma readequação. Sugeriu que o material seja encaminhado ao final e não em partes como foi proposto pelo presidente.

**Comissão de Atos Administrativos**

Conselheiro Sant’Ana falou sobre os encaminhamentos para a futura sede do CAU/RS e entende que se deva formular critérios para a aquisição da mesma.

O entendimento da Conselheira Núbia é de que não seria adequado criar um GT para discutir o que deverá ser discutido. Lembra ainda da urgência em definir um espaço que permita uma visibilidade maior ao CAU/RS, sabe que o processo de compra da Sede levará algum tempo, mas acredita que seria possível alugar um local mais adequado.

Conselheira Maria Bernadete sugere que seja realizada uma parceria com a Prefeitura de Porto Alegre para ver a possibilidade de permuta, devido à desapropriação de vários locais.

Conselheiro Alvino Jara, salienta que a sede atual não possui acessibilidade, tem banheiros inadequados, vê como urgente a necessidade de transferência. Ressalta ainda, que no dia de hoje houveram até vazamentos de gás no edifício, e que os funcionários também percebem essa necessidade.

**Assuntos Gerais**

O Presidente realiza a leitura da minuta de Nota que deverá ser encaminhada ao CAU/BR.

Conselheiro Sant’ana manifesta-se salientando que mesmo sendo uma orientação jurídica, toda orientação é relativa até o momento que a autoridade judicial assim determine. Considera que seja oportuno e prudente que essa é uma manifestação para o estudo da sua legalidade, vários conselheiros discordam. Já a Conselheira Núbia entende que não deve ser questionado e não deve ser voltado atrás.

O Presidente coloca em votação a minuta da Nota, tendo somente o Conselheiro Sant’Ana declarado sua abstenção na votação.

Sobre os celulares coorporativos, o Presidente salienta que os conselheiros deverão assinar o termo de responsabilidade, lembrando que há uma cota de minutos, e sugere que haja uma regra para os limites quando os mesmos forem ultrapassados.

Conselheiro Veríssimo reitera convite da Sociedade de Engenharia de Pelotas, que deseja reunir-se com o CAU/RS.

Conselheiro Fischer solicita notícias sobre processo da Universidade da Bahia, que trata do ingresso dos urbanistas. O presidente informa que até o momento não obteve nenhuma informação.

Não havendo mais assunto a serem tratados, encerrou-se a 20ª Sessão Plenária às 18h17.

Roberto Py

Presidente do CAU/RS